

Supremo Tribunal Federal



Teses – Repercussão Geral

Atualizada em 19/06/17

TESE	ASSUNTOS REFERIDOS	PARADIGMA	TEMA	DESCRIÇÃO DO TEMA
01	Decretação de ofício da prescrição de crédito tributário sem a manifestação da Fazenda Pública.	RE 583.747/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	151	Decretação de ofício da prescrição de crédito tributário sem a manifestação da Fazenda Pública.
05	Revisão da pensão por morte concedida antes do advento da Lei nº 9.032/95.	RE 597.389/ SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	165	Revisão da pensão por morte concedida antes do advento da Lei nº 9.032/95.
07	Direito de supermercado a crédito do ICMS relativo à energia elétrica utilizada no processo produtivo de alimentos que comercializa.	RE 588.954/SC Repercussão Geral Reconhecida	218	Direito de supermercado a crédito do ICMS relativo à energia elétrica utilizada no processo produtivo de alimentos que comercializa.
08	Relevância e urgência da medida provisória nº 2.170-36/2001 que disciplina a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.	RE 592.377/RS Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	33	Relevância e urgência da medida provisória nº 2.170-36/2001 que disciplina a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
13	Progressividade do IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000.	RE 601.234/SP Repercussão Geral	155	Progressividade do IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000.

		Reconhecida Julgado Transitado em julgado		
14	Reserva legal para fixação de limite de idade para ingresso nas Forças Armadas.	RE 600.885/RS Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	121	Reserva legal para fixação de limite de idade para ingresso nas Forças Armadas.
15	Subsistência, após a Emenda Constitucional nº 19/98, dos subtetos salariais criados com amparo na redação original do art. 37, XI, da Constituição Federal.	RE 424.053/SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	282	Subsistência, após a Emenda Constitucional nº 19/98, dos subtetos salariais criados com amparo na redação original do art. 37, XI, da Constituição Federal.
23	Incidência do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999 para a Administração anular ato de concessão de aposentadoria.	RE 636.553/RS Repercussão Geral Reconhecida	445	Incidência do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999 para a Administração anular ato de concessão de aposentadoria.
25	Tema 264: Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	RE 626.307/SP Repercussão Geral Reconhecida	264	<u>Tema 264</u> : Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários

	Tema 265: Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	RE 591.797/SP Repercussão Geral Reconhecida	265	decorrentes dos planos Bresser e Verão. Tema 265: Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.
26	Possibilidade de execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública.	RE 573.872/ RS Repercussão Geral Reconhecida Julgado (Acórdão pendente de publicação) (Determinada a Suspensão Nacional em 28/10/2016)	45	Possibilidade de execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública.
27	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	RE 948.634/RS Repercussão Geral Reconhecida	123	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.
31	a) Cobrança de taxa em razão de serviços públicos de limpeza; b) Adoção de um ou mais elementos que compõem a base de cálculo própria de imposto para apuração do valor de taxa.	RE 576.321 /SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	146	a) Cobrança de taxa em razão de serviços públicos de limpeza; b) Adoção de um ou mais elementos que compõem a base de cálculo própria de imposto para apuração do valor de taxa.

34	Modulação dos efeitos de declaração incidental de inconstitucionalidade de lei municipal que instituiu a cobrança de IPTU com alíquotas progressivas, TIP e TCLL.	RE 592.321/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	175	Modulação dos efeitos de declaração incidental de inconstitucionalidade de lei municipal que instituiu a cobrança de IPTU com alíquotas progressivas, TIP e TCLL.
35	Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios.	RE 564.132/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	18	Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios.
37	Exigência de reserva de plenário para as situações em que a Emenda Constitucional nº 29/2000 deixa de ser aplicada em face da incidência da versão primitiva da norma constitucional por ela modificada.	RE 586.693/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	94	Exigência de reserva de plenário para as situações em que a Emenda Constitucional nº 29/2000 deixa de ser aplicada em face da incidência da versão primitiva da norma constitucional por ela modificada.
39	Índice de correção monetária incidente sobre verba a ser restituída a associados que se desligam de plano de previdência privada.	RE 582.504/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	174	Índice de correção monetária incidente sobre verba a ser restituída a associados que se desligam de plano de previdência privada.
44	Direito a honorários advocatícios quando a Defensoria Pública Estadual representa vencedor em demanda ajuizada contra o Estado ao qual é vinculada.	RE 592.730/RS Repercussão Geral Inexistente	134	Direito a honorários advocatícios quando a Defensoria Pública Estadual representa vencedor em

		Transitado em julgado		demanda ajuizada contra o Estado ao qual é vinculada.
45	Progressão de regime em crimes hediondos cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007.	RE 579.167/AC Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	59	Progressão de regime em crimes hediondos cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007.
47	Prazo para a Fazenda Pública opor embargos à execução.	RE 590.871/RS Repercussão Geral reconhecida	137	Prazo para a Fazenda Pública opor embargos à execução.
49	Nomeação de candidato classificado entre as vagas previstas no edital de concurso público.	RE 598.099/MS Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	161	Nomeação de candidato classificado entre as vagas previstas no edital de concurso público.
50	Termo <i>a quo</i> do prazo prescricional da ação de repetição de indébito relativa a tributos sujeitos a lançamento por homologação e pagos antecipadamente.	RE 566.621/RS Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	4	Termo <i>a quo</i> do prazo prescricional da ação de repetição de indébito relativa a tributos sujeitos a lançamento por homologação e pagos antecipadamente.

52	Competência para julgamento de ação de interdito proibitório cuja causa de pedir decorre de movimento grevista.	RE 579.648/MG Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	74	Competência para julgamento de ação de interdito proibitório cuja causa de pedir decorre de movimento grevista.
53	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	RE 566.471/RN Repercussão Geral reconhecida	6	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.
55	Constitucionalidade da instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.	RE 573.675/SC Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	44	Constitucionalidade da instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
62	a) Possibilidade de cobrança de ligações sem discriminação dos pulsos além da franquia; b) Justiça competente para dirimir controvérsias acerca da possibilidade de cobrança de ligações sem discriminação dos pulsos além da franquia.	RE 571.572/BA Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	17	a) Possibilidade de cobrança de ligações sem discriminação dos pulsos além da franquia; b) Justiça competente para dirimir controvérsias acerca da possibilidade de cobrança de ligações sem discriminação dos pulsos além da franquia.

63	Exigência de reserva de plenário para as situações de não-aplicabilidade do art. 4º da Lei Complementar nº 118/2005 às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	RE 580.108/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado RE 585.702/ES Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	93 93	Exigência de reserva de plenário para as situações de não-aplicabilidade do art. 4º da Lei Complementar nº 118/2005 às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.
64	a) Tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa. b) Competência para processar e julgar ação em que se discute a legalidade da cobrança da tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa.	RE 567.454/BA Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	35	a) Tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa. b) Competência para processar e julgar ação em que se discute a legalidade da cobrança da tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa.
66	Individualização de créditos de litisconsortes para efeito de fracionamento do valor principal da execução contra a Fazenda Pública.	RE 568.645/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	148	Individualização de créditos de litisconsortes para efeito de fracionamento do valor principal da execução contra a Fazenda Pública.

80	Incidência de juros de mora durante o prazo previsto na Constituição Federal para o pagamento de precatório.	RE 591.085/MS Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	147	Incidência de juros de mora durante o prazo previsto na Constituição Federal para o pagamento de precatório.
82	Pagamento a servidor público de salário-base inferior ao mínimo constitucional.	RE 582.019 /SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	142	Pagamento a servidor público de salário-base inferior ao mínimo constitucional.
88 (628)	Cobrança, por parte de associação, de taxas de manutenção e conservação de loteamento imobiliário urbano de proprietário não-associado.	RE 695.911/SP Repercussão Geral Reconhecida	492	Cobrança, por parte de associação, de taxas de manutenção e conservação de loteamento imobiliário urbano de proprietário não-associado.
90	Vinculação do adicional de insalubridade ao salário mínimo.	RE 565.714/SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	25	Vinculação do adicional de insalubridade ao salário mínimo.
91	Acumulação por militar de dois cargos públicos na área de saúde.	RE 592.658/MG	119	Acumulação por militar de dois

		Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado		cargos públicos na área de saúde.
97	Valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante.	AI 742.460/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	182	Valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante.
98	Aplicação do princípio da insignificância a crime de posse de substância entorpecente para uso próprio.	AI 747.522/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	183	Aplicação do princípio da insignificância a crime de posse de substância entorpecente para uso próprio.
99	Cálculo da quantidade de ações em que dividido o capital subscrito em uma sociedade anônima, referente aos contratos de participação financeira e subscrição de ações de telefonia, com complementação dos títulos acionários.	AI 729.263/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	178	Cálculo da quantidade de ações em que dividido o capital subscrito em uma sociedade anônima, referente aos contratos de participação financeira e subscrição de ações de telefonia, com complementação dos títulos acionários.
102	Pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais.	RE 598.365/MG Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	181	Pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais.

104	Cancelamento de descontos em folha de pagamento por posterior desinteresse do mutuário no seu prosseguimento.	RE 584.536/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	143	Cancelamento de descontos em folha de pagamento por posterior desinteresse do mutuário no seu prosseguimento.
105	Exigência da comprovação de insuficiência econômico-financeira para a concessão de assistência judiciária gratuita a pessoas jurídicas.	RE 589.490/MG Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	103	Exigência da comprovação de insuficiência econômico-financeira para a concessão de assistência judiciária gratuita a pessoas jurídicas.
108	Incidência de ICMS sobre o fornecimento de água encanada por concessionárias.	RE 607.056/RJ Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	326	Incidência de ICMS sobre o fornecimento de água encanada por concessionárias.
110	Competência para processar e julgar ações indenizatórias decorrentes de acidente do trabalho propostas por sucessores do trabalhador falecido.	RE 600.091/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	242	Competência para processar e julgar ações indenizatórias decorrentes de acidente do trabalho propostas por sucessores do trabalhador falecido.
111	Possibilidade de execução de título judicial, decorrente de ação ordinária coletiva ajuizada por entidade associativa, por aqueles que não conferiram autorização individual à associação, não obstante haja previsão genérica de representação dos associados	RE 573.232/SC Repercussão Geral reconhecida	82	Possibilidade de execução de título judicial, decorrente de ação ordinária coletiva ajuizada por entidade associativa, por aqueles

	em cláusula do estatuto.	<p>Julgado</p> <p>Transitado em julgado</p>		que não conferiram autorização individual à associação, não obstante haja previsão genérica de representação dos associados em cláusula do estatuto.
112	Exigência do exame psicotécnico em concurso público, sem previsão em lei, e critérios de avaliação.	<p>AI 758.533/MG</p> <p>Repercussão Geral Reconhecida</p> <p>Julgado</p> <p>Transitado em julgado</p>	338	Exigência do exame psicotécnico em concurso público, sem previsão em lei, e critérios de avaliação.
113	Fixação de honorários advocatícios em execução de sentença proferida em ação coletiva não-embargada pela Fazenda Pública.	<p>RE 599.903/RS</p> <p>Repercussão Geral Inexistente</p> <p>Transitado em julgado</p>	186	Fixação de honorários advocatícios em execução de sentença proferida em ação coletiva não-embargada pela Fazenda Pública.
116	Cobrança do IPTU pela alíquota mínima nos casos de declaração da inconstitucionalidade da sua progressividade.	<p>RE 602.347/MG</p> <p>Repercussão Geral reconhecida</p> <p>Julgado</p> <p>Transitado em julgado</p>	226	Cobrança do IPTU pela alíquota mínima nos casos de declaração da inconstitucionalidade da sua progressividade.
120	Indenização por danos morais decorrentes de inscrição indevida em cadastro de inadimplentes.	<p>RE 602.136/RJ</p> <p>Repercussão Geral Inexistente</p>	232	Indenização por danos morais decorrentes de inscrição indevida em cadastro de inadimplentes.

		Transitado em julgado		
121	Aplicação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 nas ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	AI 842.063/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	435	Aplicação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 nas ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.
122	a) Indenização por danos morais decorrentes de vazamento de produtos químicos em um dos afluentes do Rio Paraíba do Sul; b) Competência dos Juizados Especiais para as causas respectivas.	RE 602.238/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	233	a) Indenização por danos morais decorrentes de vazamento de produtos químicos em um dos afluentes do Rio Paraíba do Sul; b) Competência dos Juizados Especiais para as causas respectivas.
125	Responsabilidade civil de banco por danos decorrentes de indevida utilização de cartão de crédito.	AI 765.567/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	286	Responsabilidade civil de banco por danos decorrentes de indevida utilização de cartão de crédito.
129	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	RE 636.331/RJ Repercussão Geral reconhecida	210	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.
130	Indenização por danos morais e materiais decorrentes de	RE 565.138/BA	9	Indenização por danos morais e

	manipulação de resultados de partidas de futebol.	Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado		materiais decorrentes de manipulação de resultados de partidas de futebol.
133	Concessão de liberdade provisória a preso em flagrante pela prática de crimes hediondos e equiparados.		192 <u>CANCELADO</u>	Concessão de liberdade provisória a preso em flagrante pela prática de crimes hediondos e equiparados.
134	Imposição de efeitos próprios de sentença penal condenatória à transação penal prevista na Lei nº 9.099/95.	RE 795.567/PR Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	187	Imposição de efeitos próprios de sentença penal condenatória à transação penal prevista na Lei nº 9.099/95.
135	Poder de investigação do Ministério Público.	RE 593.727/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado	184	Poder de investigação do Ministério Público.
137	Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária.	RE 593.849/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito	201	Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária.

		em julgado		
138	Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.	RE 579.431/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	96	Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.
140	Base de cálculo do adicional por tempo de serviço de servidor público admitido antes da Emenda Constitucional nº 19/98.	RE 563.708/MS Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	24	Base de cálculo do adicional por tempo de serviço de servidor público admitido antes da Emenda Constitucional nº 19/98.
141	Declaração de hipossuficiência para obtenção de gratuidade de justiça.	AI 759.421/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	188	Declaração de hipossuficiência para obtenção de gratuidade de justiça.
153	Aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória nº 1.523/97 a benefícios concedidos antes da sua edição.	RE 626.489/SE Repercussão Geral reconhecida Julgado	313	Aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória nº 1.523/97 a benefícios concedidos antes da sua edição.

		Transitado em julgado		
159	Redução, de ofício, de multa fixada em sentença, no caso de descumprimento de obrigação de fazer.	RE 556.385/MS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	7	Redução, de ofício, de multa fixada em sentença, no caso de descumprimento de obrigação de fazer.
160	Necessidade de lei em sentido formal para a atualização do valor venal de imóveis.	RE 648.245/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	211	Necessidade de lei em sentido formal para a atualização do valor venal de imóveis.
161	Incidência do ISS sobre locação de bens móveis.	RE 626.706/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	212	Incidência do ISS sobre locação de bens móveis.
162	a) Inclusão do ICMS em sua própria base de cálculo; b) Emprego da taxa SELIC para fins tributários; c) Natureza de multa moratória fixada em 20% do valor do tributo.	RE 582.461/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	214	a) Inclusão do ICMS em sua própria base de cálculo; b) Emprego da taxa SELIC para fins tributários; c) Natureza de multa moratória fixada em 20% do valor do tributo.

163	Incidência do ICMS sobre venda de veículos salvados de sinistros.	RE 588.149/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	216	Incidência do ICMS sobre venda de veículos salvados de sinistros.
164	Comprovação do poder de polícia para cobrança de taxa de localização e funcionamento.	RE 588.322/RO Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	217	Comprovação do poder de polícia para cobrança de taxa de localização e funcionamento.
165	Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos.	RE 592.581/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	220	Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos.
167	Anulação de ato administrativo pela Administração, com reflexo em interesses individuais, sem a instauração de procedimento administrativo.	RE 594.296/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	138	Anulação de ato administrativo pela Administração, com reflexo em interesses individuais, sem a instauração de procedimento administrativo.

168	Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	RE 565.089/SP Repercussão Geral reconhecida	19	Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.
170	Exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de recurso administrativo.	RE 601.235/SP (AI 698.626/QO) Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	314	Exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de recurso administrativo.
171	Direito de servidor comissionado exonerado receber férias não gozadas acrescidas de um terço.	RE 570.908/RN Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	30	Direito de servidor comissionado exonerado receber férias não gozadas acrescidas de um terço.
176	Possibilidade de prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.	RE 466.343 /SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	60	Possibilidade de prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.

179	Anulação de ato administrativo pela Administração, com reflexo em interesses individuais, sem a instauração de procedimento administrativo.	RE 594.296/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	138	Anulação de ato administrativo pela Administração, com reflexo em interesses individuais, sem a instauração de procedimento administrativo.
180	Extensão a beneficiários de plano de previdência privada complementar de vantagem outorgada a empregados ativos.	RE 590.005/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	219	Extensão a beneficiários de plano de previdência privada complementar de vantagem outorgada a empregados ativos.
187	Consideração de ações penais em curso como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.	RE 591.054/SC Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	129	Consideração de ações penais em curso como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.
194	Competência de juizados especiais face à alegação de complexidade da prova.	ARE 640.671/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	433	Competência de juizados especiais face à alegação de complexidade da prova.
196	Aplicação do art. 29 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.876/99, a benefícios concedidos antes da respectiva vigência.	RE 583.834/SC Repercussão Geral Reconhecida	88	Aplicação do art. 29 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.876/99, a benefícios

		<p>Julgado</p> <p>Transitado em julgado</p>		concedidos antes da respectiva vigência.
201	Pagamento de diferenças em razão de reenquadramento de servidor público do Município de Santos.	<p>RE 611.162/SP</p> <p>Repercussão Geral Inexistente</p> <p>Transitado em julgado</p>	290	Pagamento de diferenças em razão de reenquadramento de servidor público do Município de Santos.
204	Vinculação de receita proveniente de majoração de alíquota do ICMS pela Lei paulista nº 9.903/97.	<p>RE 585.535/SP</p> <p>Repercussão Geral reconhecida</p> <p>Julgado</p> <p>Transitado em julgado</p>	92	Vinculação de receita proveniente de majoração de alíquota do ICMS pela Lei paulista nº 9.903/97.
206	Competência para processar e julgar causas que envolvam complementação de aposentadoria por entidades de previdência privada.	<p>RE 586.453/SE</p> <p>Repercussão Geral reconhecida</p> <p>Julgado</p> <p>Transitado em julgado</p>	190	Competência para processar e julgar causas que envolvam complementação de aposentadoria por entidades de previdência privada.
209	Incidência do ISS sobre materiais empregados na construção civil.	<p>RE 603.497/MG</p> <p>Repercussão Geral reconhecida</p>	247	Incidência do ISS sobre materiais empregados na construção civil.

		Julgado Aguardando o trânsito em julgado		
212	Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais.	AI 791.292/PE Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	339	Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais.
215	Aplicação da imunidade tributária recíproca às sociedades de economia mista que prestam serviços de saúde exclusivamente pelo SUS.	RE 580.264/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	115	Aplicação da imunidade tributária recíproca às sociedades de economia mista que prestam serviços de saúde exclusivamente pelo SUS.
220	Condições para a promoção de policial militar.	RE 633.244/CE Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	375	Condições para a promoção de policial militar.
221	Direito de filha de ex-servidor, solteira e maior de 21 anos, receber pensão.	RE 610.220/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	271	Direito de filha de ex-servidor, solteira e maior de 21 anos, receber pensão.

226	Multa por litigância de má-fé.	RE 633.360/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	401	Multa por litigância de má-fé.
228	Incidência de ICMS na importação de equipamento médico por sociedade civil não contribuinte do referido imposto.	RE 439.796/PR Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	171	Incidência de ICMS na importação de equipamento médico por sociedade civil não contribuinte do referido imposto.
231	Auto-aplicabilidade do art. 192, § 3º, da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 40/2003.	RE 582.650/BA Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	98	Auto-aplicabilidade do art. 192, § 3º, da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 40/2003.
233	Extensão aos inativos da GDASST em 60 pontos a partir da Medida Provisória nº 198/94, convertida na Lei nº 10.971/2004.	RE 572.052/RN Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	67	Extensão aos inativos da GDASST em 60 pontos a partir da Medida Provisória nº 198/94, convertida na Lei nº 10.971/2004.

247	Contribuição previdenciária sobre pensões e proventos e militares inativos entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e a Emenda Constitucional nº 41/2003.	RE 596.701/MG Repercussão Geral reconhecida (Determinada a suspensão Nacional em 24/10/16)	160	Contribuição previdenciária sobre pensões e proventos e militares inativos entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e a Emenda Constitucional nº 41/2003.
249	RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANOS MORAIS DECORRENTES DE SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA.	RE 580.252/MS Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	365	Responsabilidade do Estado por danos morais decorrentes de superlotação carcerária.
253	Competência para processar e julgar ação que visa compelir os entes políticos das três esferas do governo a fornecer medicamentos à pessoa carente, quando o valor da causa é inferior ao limite de sessenta salários mínimos.	AI 768.339/SC Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	213	Competência para processar e julgar ação que visa compelir os entes políticos das três esferas do governo a fornecer medicamentos à pessoa carente, quando o valor da causa é inferior ao limite de sessenta salários mínimos.
254	Exigibilidade do porte de remessa e retorno de autos de autarquia federal no âmbito da Justiça Estadual.	RE 594.116/SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	135	Exigibilidade do porte de remessa e retorno de autos de autarquia federal no âmbito da Justiça Estadual.

259	Cobrança de taxa de ocupação do solo e do espaço aéreo por poste de transmissão de energia elétrica.	RE 581.947/RO Repercussão Geral Reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	261	Cobrança de taxa de ocupação do solo e do espaço aéreo por poste de transmissão de energia elétrica.
261	Critério de reajuste de saldo devedor de contrato de mútuo firmado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação para posterior amortização.	RE 579.073/DF Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	200	Critério de reajuste de saldo devedor de contrato de mútuo firmado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação para posterior amortização.
262	Incidência de ICMS sobre os serviços prestados pelos provedores de acesso à internet.	RE 583.327/MG Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	263	Incidência de ICMS sobre os serviços prestados pelos provedores de acesso à internet.
263	Exigibilidade da contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares.	RE 586.620/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	230	Exigibilidade da contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares.
264	Estorno na remuneração de auditores fiscais do Estado de Rondônia com base no subsídio do Governador.	RE 576.336/RO Repercussão Geral Inexistente	81	Estorno na remuneração de auditores fiscais do Estado de Rondônia com base no subsídio do Governador.

		Transitado em julgado		
265	Incidência do ICMS na importação de mercadoria por meio de arrendamento mercantil internacional.	RE 540.829/SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	297	Incidência do ICMS na importação de mercadoria por meio de arrendamento mercantil internacional.
266	Interrupção do prazo prescricional na execução fiscal.	RE 602.883/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	288	Interrupção do prazo prescricional na execução fiscal.
267	Extensão da verba de incentivo de aprimoramento à docência prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 159/2004 do Estado de Mato Grosso a professores inativos.	RE 596.962/MT Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	156	Extensão da verba de incentivo de aprimoramento à docência prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 159/2004 do Estado de Mato Grosso a professores inativos.
269	Direito de servidor à diferença de remuneração em virtude de desvio de função.	RE 578.657/RN Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	73	Direito de servidor à diferença de remuneração em virtude de desvio de função.
270	Penhorabilidade de bem de família de fiador de contrato de	RE 612.360/SP	295	Penhorabilidade de bem de família

(565)	locação.	Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	(708)	de fiador de contrato de locação.
271	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	RE 560.900/DF Repercussão Geral Reconhecida	22	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.
272	Caráter taxativo da lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal.	RE 784.439/DF Repercussão Geral Reconhecida	296	Caráter taxativo da lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal.
273	Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, a gratificação natalina, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.	RE 593.068/SC Repercussão Geral Reconhecida	163	Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, a gratificação natalina, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.
274	Competência dos Municípios para legislar sobre tempo máximo de espera de clientes em filas de bancos.	RE 610.221/SC Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	272	Competência dos Municípios para legislar sobre tempo máximo de espera de clientes em filas de bancos.

280	Inclusão dos valores pagos a título de “demanda contratada” na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	RE 593.824/SC Repercussão Geral Reconhecida (Determinada a suspensão Nacional em 24/10/16)	176	Inclusão dos valores pagos a título de “demanda contratada” na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.
287	Incidência do ISS sobre os contratos de franquia.	RE 603.136/RJ Repercussão Geral Reconhecida	300	Incidência do ISS sobre os contratos de franquia.
288	Extensão da Gratificação por Atividade de Magistério aos servidores inativos que ingressaram no serviço público até a publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003.	RE 590.260/SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	139	Extensão da Gratificação por Atividade de Magistério aos servidores inativos que ingressaram no serviço público até a publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003.
289	Aproveitamento integral de créditos do ICMS pago na operação antecedente em hipóteses de redução parcial da base de cálculo na operação subsequente.	RE 635.688/RS Repercussão Geral Reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	299	Aproveitamento integral de créditos do ICMS pago na operação antecedente em hipóteses de redução parcial da base de cálculo na operação subsequente.
291	Aumento de vencimentos e extensão de vantagens e gratificações pelo Poder Judiciário e pela Administração Pública.	RE 592.317/RJ Repercussão Geral Reconhecida	315	Aumento de vencimentos e extensão de vantagens e gratificações pelo Poder Judiciário e pela Administração Pública.

		Julgado Transitado em julgado		
294	Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneficentes de assistência social para fins de imunidade tributária.	RE 600.010/SP Repercussão Geral Reconhecida	254	Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneficentes de assistência social para fins de imunidade tributária.
295	Citação da Fazenda Pública para expedição de precatório complementar.	RE 605.481/SP Repercussão Geral Reconhecida	266	Citação da Fazenda Pública para expedição de precatório complementar.
296	a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais. b) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional.	RE 586.068/PR Repercussão Geral Reconhecida	100	a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais. b) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional.
297	Critérios de correção monetária para a devolução de empréstimo compulsório de energia elétrica.	AI 735.933/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	319	Critérios de correção monetária para a devolução de empréstimo compulsório de energia elétrica.

298	Remarcação de teste de aptidão física em concurso público.	RE 630.733/DF Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	335	Remarcação de teste de aptidão física em concurso público.
299	Valor do auxílio-acidente inferior ao salário mínimo.	ARE 705.141/PR Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	609	Valor do auxílio-acidente inferior ao salário mínimo.
300	Imunidade tributária recíproca do responsável tributário por sucessão.	RE 599.176/PR Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	224	Imunidade tributária recíproca do responsável tributário por sucessão.
301	Reserva de lei complementar estadual de contribuição compulsória para custeio de assistência médico-hospitalar.	RE 573.540/MG Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	55	Reserva de lei complementar estadual de contribuição compulsória para custeio de assistência médico-hospitalar.
302	Direito de servidores públicos do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte à Gratificação Especial de Técnico de Nível	AI 746.996/RN Repercussão Geral	275	Direito de servidores públicos do Poder Judiciário do Estado do Rio

	Superior - GTNS.	Inexistente Transitado em julgado		Grande do Norte à Gratificação Especial de Técnico de Nível Superior - GTNS.
303	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.	RE 605.533/MG Repercussão Geral Reconhecida Transitado em julgado	262	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.
306	Acumulação por militar de dois cargos públicos: um de natureza militar e outro de professor.	RE 579.720/MG Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	65	Acumulação por militar de dois cargos públicos: um de natureza militar e outro de professor.
308	Cabimento do mandado de segurança contra decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei nº 9.099/95.	RE 576.847/BA Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	77	Cabimento do mandado de segurança contra decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei nº 9.099/95.
310	Incidência do ISS sobre operações de arrendamento mercantil.	RE 592.905/SC Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	125	Incidência do ISS sobre operações de arrendamento mercantil.

312	Cobrança de ICMS sobre serviço de habilitação de celular.	RE 592.887/AC Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	301	Cobrança de ICMS sobre serviço de habilitação de celular.
313	Extensão da vantagem denominada Prêmio de Incentivo à Qualidade – PIQ a servidores inativos.	RE 627.637/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	316	Extensão da vantagem denominada Prêmio de Incentivo à Qualidade – PIQ a servidores inativos.
314	Responsabilidade objetiva do Estado em caso de responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público em relação a terceiros não-usuários do serviço.	RE 591.874/MS Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	130	Responsabilidade objetiva do Estado em caso de responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público em relação a terceiros não-usuários do serviço.
315	Restituição dos valores pagos a consórcio em razão de desistência do consorciado.	RE 628.914/PR Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	332	Restituição dos valores pagos a consórcio em razão de desistência do consorciado.
316	Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no	RE 627.106/PR	249	Execução extrajudicial de dívidas

	regime do Sistema Financeiro de Habitação.	Repercussão Geral Reconhecida		hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação.
317	Reserva de norma constitucional para dispor sobre direito à compensação de créditos do ICMS.	RE 601.967/RS Repercussão Geral Reconhecida	346	Reserva de norma constitucional para dispor sobre direito à compensação de créditos do ICMS.
318	Aplicabilidade do regime de precatórios às entidades da Administração Indireta prestadoras de serviços públicos essenciais.	RE 599.628/DF Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	253	Aplicabilidade do regime de precatórios às entidades da Administração Indireta prestadoras de serviços públicos essenciais.
319	Bloqueio de verbas públicas para garantia de fornecimento de medicamentos.	RE 607.582/RS Repercussão Geral Reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	289	Bloqueio de verbas públicas para garantia de fornecimento de medicamentos.
320	Termo final de vigência do crédito-prêmio do IPI instituído pelo Decreto-lei nº 491/69.	RE 561.485/RS Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	63	Termo final de vigência do crédito-prêmio do IPI instituído pelo Decreto-lei nº 491/69.

321	Adicional noturno para policiais civis que trabalham sob o regime de plantão.	AI 783.172/MG Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	276	Adicional noturno para policiais civis que trabalham sob o regime de plantão.
322	Cálculo dos índices de correção monetária quando da implantação do Plano Real.	RE 595.107/PR Repercussão Geral Reconhecida	167	Cálculo dos índices de correção monetária quando da implantação do Plano Real.
323	Revisão de auxílio-acidente concedido antes do advento da Lei nº 9.032/95.	RE 613.033/SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	388	Revisão de auxílio-acidente concedido antes do advento da Lei nº 9.032/95.
326	Direito adquirido à forma de cálculo de parcelas incorporadas à remuneração.	RE 563.965/RN Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	41	Direito adquirido à forma de cálculo de parcelas incorporadas à remuneração.
327	Requisitos do mandado de segurança.	AI 800.074/SP Repercussão Geral Inexistente	318	Requisitos do mandado de segurança.

		Transitado em julgado		
329	Imunidade de ICMS sobre produtos e serviços adquiridos por entidade filantrópica.	RE 608.872/MG Repercussão Geral Reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	342	Imunidade de ICMS sobre produtos e serviços adquiridos por entidade filantrópica.
330	Direito adquirido aos critérios da paridade e integralidade no pagamento de pensão por morte de servidor aposentado antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, mas falecido durante sua vigência.	RE 603.580/RJ Repercussão Geral Reconhecida Julgado Transitado em julgado	396	Direito adquirido aos critérios da paridade e integralidade no pagamento de pensão por morte de servidor aposentado antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, mas falecido durante sua vigência.
337	Termo inicial dos juros moratórios nas ações de repetição de indébito tributário.	RE 596.492/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	243	Termo inicial dos juros moratórios nas ações de repetição de indébito tributário.
338	Tributação da importação de pequenos componentes eletrônicos que acompanham material didático de curso de montagem de computadores.	RE 595.676/RJ Repercussão Geral reconhecida	259	Tributação da importação de pequenos componentes eletrônicos que acompanham material didático de curso de montagem de computadores.

339	Devolução de contribuição previdenciária cobrada de servidor inativo ou pensionista, no período compreendido entre a EC 20/98 e a EC 41/2003.	RE 580.871/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	343	Devolução de contribuição previdenciária cobrada de servidor inativo ou pensionista, no período compreendido entre a EC 20/98 e a EC 41/2003.
340	Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas.	RE 638.115/CE Repercussão Geral Reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	395	Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas.
341	Sujeito ativo competente para cobrança do ISS.	AI 790.283/DF Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	287	Sujeito ativo competente para cobrança do ISS.
342	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	RE 630.852/RS Repercussão Geral reconhecida	381	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.
344	Compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão em URV dos valores em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido	RE 561.836/RN Repercussão Geral	5	Compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão

	na data-base subsequente.	Reconhecida Julgado Transitado em julgado		em URV dos valores em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido na data-base subsequente.
346	Teto da renda mensal dos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência das Emendas Constitucionais nos 20/98 e 41/2003.	RE 564.354/SE Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	76	Teto da renda mensal dos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência das Emendas Constitucionais nos 20/98 e 41/2003.
347	Alteração judicial, ao patamar de 12% ao ano, de juros contratados após a Emenda Constitucional nº 40/2003.	AI 804.209/MS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	310	Alteração judicial, ao patamar de 12% ao ano, de juros contratados após a Emenda Constitucional nº 40/2003.
350	Extensão a outros servidores públicos militares em atividade da Gratificação de Encargos Especiais-GEE. <u>Tese 350: O paradigma também se aplica aos "civis", e não apenas aos militares, conforme orientação do próprio STF em Recurso Extraordinário recentemente encaminhado a esta 3ª Vice Presidência por aquele tribunal. (Reunião de 11/08/15)</u>	ARE 641.543/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	428	Extensão a outros servidores públicos militares em atividade da Gratificação de Encargos Especiais-GEE.
354	Fixação de pena aquém do mínimo legal, em face da incidência de circunstância genérica atenuante.	RE 597.270/RS Repercussão Geral reconhecida	158	Fixação de pena aquém do mínimo legal, em face da incidência de circunstância genérica atenuante.

		<p>Julgado</p> <p>Transitado em julgado</p>		
355	Responsabilidade civil por dano material em face de relações contratuais e extracontratuais.	<p>ARE 640.525/SP</p> <p>Repercussão Geral Inexistente</p> <p>Transitado em julgado</p>	417	Responsabilidade civil por dano material em face de relações contratuais e extracontratuais.
357	Direito adquirido de servidores públicos estaduais aposentados à permanência em determinada classe, não obstante o advento de lei estadual que, ao promover a reclassificação de cargos, reenquadra-os em classe inferior.	<p>RE 606.199/PR</p> <p>Repercussão Geral reconhecida</p> <p>Julgado</p> <p>Transitado em julgado</p>	439	Direito adquirido de servidores públicos estaduais aposentados à permanência em determinada classe, não obstante o advento de lei estadual que, ao promover a reclassificação de cargos, reenquadra-os em classe inferior.
358	<i>Quantum</i> indenizatório de condenação por danos morais e materiais decorrentes da relação entre concessionária de serviço público e consumidor.	<p>AI 839.695/AM</p> <p>Repercussão Geral Inexistente</p> <p>Transitado em julgado</p>	413	<i>Quantum</i> indenizatório de condenação por danos morais e materiais decorrentes da relação entre concessionária de serviço público e consumidor.
359	Auto-aplicabilidade da imunidade relativa à contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões dos servidores públicos, prevista no art. 40, § 21, da Constituição Federal, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.	<p>RE 630.137/RS</p> <p>Repercussão Geral reconhecida</p>	317	Auto-aplicabilidade da imunidade relativa à contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões dos servidores públicos, prevista no art. 40, § 21, da Constituição Federal, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.

360	Equiparação remuneratória entre procuradores autárquicos e procuradores estaduais.	RE 562.581/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	23	Equiparação remuneratória entre procuradores autárquicos e procuradores estaduais.
361	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	RE 1.053.574/RS Repercussão Geral reconhecida	415	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.
363	Adoção pelo Poder Judiciário de critérios normativos estaduais como fundamento para extinguir ações de execução fiscal ajuizadas pelo Município.	RE 591.033/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	109	Adoção pelo Poder Judiciário de critérios normativos estaduais como fundamento para extinguir ações de execução fiscal ajuizadas pelo Município.
365	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	RE 639.138/RS Repercussão Geral reconhecida	452	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.
366	Revisão de contrato celebrado com entidade fechada de previdência complementar.	ARE 642.137/MG Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	466	Revisão de contrato celebrado com entidade fechada de previdência complementar.

367	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a empresa privada ocupante de bem público.	RE 601.720/RJ Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado (Determinada a suspensão Nacional em 25/10/16)	437	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a empresa privada ocupante de bem público.
368	Requisitos legais para enquadramento de pessoa jurídica como entidade beneficente de assistência social para fins de imunidade tributária.	RE 642.442/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	459	Requisitos legais para enquadramento de pessoa jurídica como entidade beneficente de assistência social para fins de imunidade tributária.
369	Indeferimento de produção de provas no âmbito de processo judicial.	ARE 639.228/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	424	Indeferimento de produção de provas no âmbito de processo judicial.
370	Dever de as concessionárias de serviços públicos cumprirem suas obrigações contratuais mesmo que em área de risco à integridade física de seus funcionários.	AI 844.777/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	419	Dever de as concessionárias de serviços públicos cumprirem suas obrigações contratuais mesmo que em área de risco à integridade física de seus funcionários.

372	Direito do consumidor à exibição de documentos.	ARE 643.085/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	458	Direito do consumidor à exibição de documentos.
374	Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.	ARE 639.496/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	430	Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.
375	Cláusulas de barreira ou afunilamento em concurso público.	RE 635.739/AL Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	376	Cláusulas de barreira ou afunilamento em concurso público.
377	Inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a Emenda Constitucional nº 41/2003.	RE 606.358/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	257	Inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a Emenda Constitucional nº 41/2003.
378	Restituição de valores descontados compulsoriamente a título de contribuição previdenciária declarada inconstitucional.	RE 633.329/RS Repercussão Geral	407	Restituição de valores descontados compulsoriamente a título de

		Inexistente Transitado em julgado		contribuição previdenciária declarada inconstitucional.
379	Manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado.	RE 608.482/RN Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	476	Manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado.
381	Ilegalidade de cláusulas previstas em contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor.	ARE 640.713/PR Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	461	Ilegalidade de cláusulas previstas em contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor.
386	Trancamento da ação penal, em <i>habeas corpus</i> , por falta de justa causa, sem a submissão de acusados de crime doloso contra a vida ao Tribunal do Júri.	RE 593.443/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	154	Trancamento da ação penal, em <i>habeas corpus</i> , por falta de justa causa, sem a submissão de acusados de crime doloso contra a vida ao Tribunal do Júri.
387	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre proventos percebidos em desacordo com o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.	RE 609.381/GO Repercussão Geral reconhecida Julgado	480	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre proventos percebidos em desacordo com o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

		Transitado em julgado		
388	Alcance do princípio da autodefesa frente ao crime de falsa identidade.	RE 640.139/DF Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	478	Alcance do princípio da autodefesa frente ao crime de falsa identidade.
389	Sistema de reserva de vagas, como forma de ação afirmativa de inclusão social, estabelecido por universidade.	RE 597.285/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	203	Sistema de reserva de vagas, como forma de ação afirmativa de inclusão social, estabelecido por universidade.
390	Controle jurisdicional do ato administrativo que avalia questões em concurso público.	RE 632.853/CE Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	485	Controle jurisdicional do ato administrativo que avalia questões em concurso público.
391	Aplicação do art. 1º da Lei de Usura, que limita a taxa de juros de 12 % ao ano, aos contratos bancários.	AI 844.474/MS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	421	Aplicação do artigo 1º da Lei de Usura, que limita a taxa de juros a 12% ao ano, aos contratos bancários.

394	Efeitos trabalhistas decorrentes de contratação pela Administração Pública de empregado não submetido à prévia aprovação em concurso público.	RE 705.140/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	308	Efeitos trabalhistas decorrentes de contratação pela Administração Pública de empregado não submetido à prévia aprovação em concurso público.
395	Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.	RE 660.968/RS Repercussão Geral reconhecida	441	Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.
396	Superação da coisa julgada para possibilitar nova ação de investigação de paternidade em face de novas condições de viabilidade de realização de exame de DNA.	RE 363.889/DF Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	392	Superação da coisa julgada para possibilitar nova ação de investigação de paternidade em face de viabilidade de realização de exame de DNA.
397	Reserva de lei complementar para tratar da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal.	RE 636.562/SC Repercussão Geral reconhecida	390	Reserva de lei complementar para tratar da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal.
398	Alcance das sanções impostas pelo art. 37, § 4º, da Constituição Federal aos condenados por improbidade administrativa.	RE 656.558/SP Repercussão Geral reconhecida	309	Alcance das sanções impostas pelo art. 37, § 4º, da Constituição Federal aos condenados por improbidade administrativa.

403	Registro prévio do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor perante o órgão competente para o licenciamento.	RE 611.639/RJ Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	349	Registro prévio do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor perante o órgão competente para o licenciamento.
405	Âmbito de incidência de isenção de taxas judiciárias, custas e emolumentos concedidos por lei estadual.	AI 826.496/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	389	Âmbito de incidência de isenção de taxas judiciárias, custas e emolumentos concedidos por lei estadual.
406	Aposentadoria integral de servidor portador de doença grave não especificada em lei.	RE 656.860/MT Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	524	Aposentadoria integral de servidor portador de doença grave não especificada em lei.
407	Isonomia quanto ao enquadramento como beneficiário do regime público de previdência complementar instituído por lei estadual.	RE 585.392/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	229	Isonomia quanto ao enquadramento como beneficiário do regime público de previdência complementar instituído por lei estadual.
410	Seletividade de IPTU antes da Emenda Constitucional nº	RE 666.156/RJ	523	Seletividade de IPTU antes da

	29/2000.	Repercussão Geral reconhecida		Emenda Constitucional nº 29/2000.
413	Extinção da punibilidade em virtude de prescrição da pretensão punitiva em perspectiva.	RE 602.527/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	239	Extinção da punibilidade em virtude de prescrição da pretensão punitiva em perspectiva.
418	Desconstituição de título executivo judicial mediante aplicação do parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil.	RE 611.503/SP Repercussão Geral reconhecida	360	Desconstituição de título executivo judicial mediante aplicação do parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil.
419	Extensão de regra mais benéfica concernente a férias prevista no Estatuto do Magistério estadual a professores contratados sob o regime temporário.	AI 776.522/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	250	Extensão de regra mais benéfica concernente a férias prevista no Estatuto do Magistério estadual a professores contratados sob o regime temporário.
421	Contagem especial de tempo de serviço, prestado sob condições insalubres, em período anterior à instituição do Regime Jurídico Único.	RE 612.358/ES Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	293	Contagem especial de tempo de serviço, prestado sob condições insalubres, em período anterior à instituição do Regime Jurídico Único.

423	Rito da execução de decisões que condenem entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado, a quantia em dinheiro.	AI 841.548/PR Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	411	Rito da execução de decisões que condenem entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado, a quantia em dinheiro.
428	Competência de guarda municipal para lavrar auto de infração de trânsito.	RE 658.570/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	472	Competência de guarda municipal para lavrar auto de infração de trânsito.
429	Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.	RE 643.247/MG Repercussão Geral reconhecida	16	Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.
430	Alcance da imunidade material concedida aos vereadores por suas opiniões, palavras e votos.	RE 600.063/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	469	Alcance da imunidade material concedida aos vereadores por suas opiniões, palavras e votos.
431 (689)	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	RE 657.718/MG Repercussão Geral reconhecida	500	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.

434	Sujeição da Lei Complementar 122/2006 a prazo nonagesimal.	RE 603.917/SC Repercussão Geral reconhecida	382	Sujeição da Lei Complementar 122/2006 a prazo nonagesimal.
435	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a sociedade de economia mista ocupante de bem público.	RE 594.015/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	385	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a sociedade de economia mista ocupante de bem público.
437	Cobrança antecipada de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação.	RE 598.677/RS Repercussão Geral reconhecida	456	Cobrança antecipada de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação.
444	Desconto nos vencimentos dos servidores públicos dos dias não trabalhados em virtude de greve.	RE 693.456/RJ Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	531	Desconto nos vencimentos dos servidores públicos dos dias não trabalhados em virtude de greve.
445	Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal.	RE 635.659/SP Repercussão Geral reconhecida	506	Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal.

446	Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.	RE 883.168/SC Repercussão Geral reconhecida	526	Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.
447	Sujeito ativo do ICMS a incidir sobre circulação de mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização.	ARE 665.134/MG Repercussão Geral reconhecida (Determinada a suspensão Nacional em 27/10/16)	520	Sujeito ativo do ICMS a incidir sobre circulação de mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização.
449	Cabimento de apelação em caso de execução fiscal com valor inferior a 50 ORTN.	ARE 637.975/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	408	Cabimento de apelação em caso de execução fiscal com valor inferior a 50 ORTN.
453	Competência para processar e julgar ação em que se discute a prestação de benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho.	RE 638.483/PB Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	414	Competência para processar e julgar ação em que se discute a prestação de benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho.
454	Prosseguimento de Execução Fiscal lastreada em Certidão de Dívida Ativa supostamente ilíquida.	AI 846.803/SP Repercussão Geral Inexistente	460	Prosseguimento de Execução Fiscal lastreada em Certidão de Dívida Ativa supostamente ilíquida.

		Transitado em julgado		
455	Extensão da imunidade tributária recíproca às empresas públicas prestadoras de serviços públicos.	ARE 638.315/BA Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	412	Extensão da imunidade tributária recíproca às empresas públicas prestadoras de serviços públicos.
465	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.	RE 976.566/PA Repercussão Geral reconhecida	576	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.
466	Imposto a incidir em operações mistas realizadas por farmácias de manipulação.	RE 605.552/RS Repercussão Geral reconhecida	379	Imposto a incidir em operações mistas realizadas por farmácias de manipulação.
474	Responsabilidade civil por danos morais e materiais decorrentes da negativa de cobertura por operadora de plano de saúde.	ARE 697.312/BA Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	611	Responsabilidade civil por danos morais e materiais decorrentes da negativa de cobertura por operadora de plano de saúde.
475	Pagamento de mensalidades de instituições privadas de ensino superior de forma proporcional à quantidade de disciplinas cursadas. Autonomia universitária. Princípio da defesa do consumidor.	RE 641.005/PE Repercussão Geral reconhecida	547	Pagamento de mensalidades de instituições privadas de ensino superior de forma proporcional à quantidade de disciplinas cursadas.

				Autonomia universitária. Princípio da defesa do consumidor.
480	Direito à indenização por danos morais e materiais decorrentes da espera excessiva em fila de instituição financeira.	ARE 687.876/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	623	Direito à indenização por danos morais e materiais decorrentes da espera excessiva em fila de instituição financeira.
481	Cobrança de tarifas e taxas acessórias, vinculadas a contratos bancários (como, por exemplo, “de abertura de crédito”, “de retorno”, “de emissão de boleto” e “de cadastro”).	ARE 675.505/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	614	Cobrança de tarifas e taxas acessórias, vinculadas a contratos bancários (como, por exemplo, “de abertura de crédito”, “de retorno”, “de emissão de boleto” e “de cadastro”).
483	Direito adquirido ao recebimento de complementação de aposentadoria calculada de acordo com as normas vigentes à época da adesão a contrato de plano de previdência privada.	ARE 742.083/DF Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	662	Direito adquirido ao recebimento de complementação de aposentadoria calculada de acordo com as normas vigentes à época da adesão a contrato de plano de previdência privada.
484	Natureza do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas Estaduais em relação a atos administrativos dos Municípios.	RE 576.920/RS Repercussão Geral reconhecida	47	Natureza do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas Estaduais em relação a atos administrativos dos Municípios.
492	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos	ARE 646.000/MG	551	Extensão de direitos dos servidores

	servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	Repercussão Geral reconhecida		públicos efetivos aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.
493	Excesso de execução decorrente de eventual erro de cálculo em processo alusivo a diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários.	ARE 690.819/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	587	Excesso de execução decorrente de eventual erro de cálculo em processo alusivo a diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários.
494	Responsabilidade civil objetiva do Estado por morte de detento.	RE 841.526/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	592	Responsabilidade civil objetiva do Estado por morte de detento.
499	Preenchimento de requisitos exigidos em edital de concurso para provimento de cargo público.	ARE 690.113/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	567	Preenchimento de requisitos exigidos em edital de concurso para provimento de cargo público.
503	Direito de servidores públicos ativos à conversão de férias não gozadas em indenização pecuniária.	ARE 721.001/RJ Repercussão Geral reconhecida Julgado	635	Direito de servidores públicos ativos à conversão de férias não gozadas em indenização pecuniária.

		Aguardando o trânsito em julgado		
506	Caráter confiscatório da “multa isolada” por descumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental.	RE 640.452/RO Repercussão Geral reconhecida	487	Caráter confiscatório da “multa isolada” por descumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental.
510	Imunidade tributária em relação ao imposto de importação para entidades que executam atividades fundadas em preceitos religiosos.	RE 630.790/SP Repercussão Geral reconhecida	336	Imunidade tributária em relação ao imposto de importação para entidades que executam atividades fundadas em preceitos religiosos.
514	Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.	ARE 660.861/MG Repercussão Geral reconhecida	533	Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.
515	Natureza jurídica de verbas rescisórias para fins de incidência do imposto de renda.	AI 705.941/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	236	Natureza jurídica de verbas rescisórias para fins de incidência do imposto de renda.
516	Legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública em defesa de interesses difusos.	RE 733.433/MG Repercussão Geral reconhecida	607	Legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública em defesa de interesses difusos.

		Julgado Transitado em julgado		
519	Acumulação da aposentadoria por invalidez com o benefício suplementar, previsto no art. 9º da Lei 6.397/76, incorporado pela normatização do atual auxílio-acidente, a teor do que dispunha o art. 86 da Lei 8.213/91, na sua redação primitiva.	RE 687.813/RS Repercussão Geral reconhecida	599	Acumulação da aposentadoria por invalidez com o benefício suplementar, previsto no art. 9º da Lei 6.367/76, incorporado pela normatização do atual auxílio-acidente, a teor do que dispunha o art. 86 da Lei 8.213/91, na sua redação primitiva.
520	Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa da condenação.	RE 614.819/DF Repercussão Geral reconhecida	028	Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa da condenação.
524	Incidência do ISS sobre atividades desenvolvidas por operadoras de planos de saúde.	RE 651.703/PR Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	581	Incidência do ISS sobre atividades desenvolvidas por operadoras de planos de saúde.
529	Delimitação da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN devido pela prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	ARE 699.362/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	641	Delimitação da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN devido pela prestação de serviços de registros públicos, cartorários e

				notariais.
530	Aplicação de multa de trânsito por sociedade de economia mista.	RE 633.782/MG Repercussão Geral reconhecida	532	Aplicação de multa de trânsito por sociedade de economia mista.
535	Definição do legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.	RE 1.003.433/RJ Repercussão Geral reconhecida	642	Definição do legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.
537	Prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao Judiciário.	RE 631.240/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	350	Prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao Judiciário.
538	Responsabilidade civil por danos morais em razão de ofensa à imagem.	ARE 739.382/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	657	Responsabilidade civil por danos morais em razão de ofensa à imagem.
539	Dedução da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) na apuração de sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ.	RE 582.525/SP Repercussão Geral reconhecida	75	Dedução da CSLL na apuração da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ.

		<p style="text-align: center;">Julgado</p> <p style="text-align: center;">Transitado em julgado</p>		
549	Modificação do valor fixado a título de indenização por danos morais.	<p style="text-align: center;">ARE 743.771/SP Repercussão Geral Inexistente</p> <p style="text-align: center;">Transitado em julgado</p>	655	Modificação do valor fixado a título de indenização por danos morais.
550	Violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Extensão do entendimento ao princípio do devido processo legal e aos limites da coisa julgada.	<p style="text-align: center;">ARE 748.371/MT Repercussão Geral Inexistente</p> <p style="text-align: center;">Transitado em julgado</p>	660	Violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Extensão do entendimento ao princípio do devido processo legal e aos limites da coisa julgada.
551	Competência legislativa para dispor sobre o transporte irregular de passageiros e a aplicação da penalidade de apreensão de veículos.	<p style="text-align: center;">RE 661.702/DF Repercussão Geral reconhecida</p>	546	Competência legislativa para dispor sobre o transporte irregular de passageiros e a aplicação da penalidade de apreensão de veículos.
553	Possibilidade de reconhecimento jurídico de união estável e de relação homoafetiva concomitantes, com o consequente rateio de pensão por morte.	<p style="text-align: center;">RE 1.045.273/SE Repercussão Geral reconhecida</p>	529	Possibilidade de reconhecimento jurídico de união estável e de relação homoafetiva concomitantes, com o consequente rateio de pensão por morte.

554	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários, decorrentes do Plano Collor I.	RE 631.363/SP Repercussão Geral reconhecida	284	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I.
555	Fornecimento de informações sobre movimentações financeiras ao Fisco sem autorização judicial, nos termos do art. 6º da Lei Complementar 105/2001. Aplicação retroativa da Lei nº 10174/2001 para apuração de créditos tributários referentes a exercícios anteriores ao de sua vigência.	RE 601.314/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	225	a) Fornecimento de informações sobre movimentações financeiras ao Fisco sem autorização judicial, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001; b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.174/2001 para apuração de créditos tributários referentes a exercícios anteriores ao de sua vigência.
556	Responsabilidade solidária da União pelo pagamento de correção monetária integral referente a crédito oriundo de devolução de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica.	AI 810.097/SC Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	489	Responsabilidade solidária da União pelo pagamento de correção monetária integral referente a crédito oriundo de devolução de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica.
557	Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença maternidade e à estabilidade provisória.	RE 842.844/SC Repercussão Geral reconhecida	542	Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-

				maternidade e à estabilidade provisória.
558	Realinhamento salarial de servidores públicos inativos, em face de modificações no regime próprio de previdência social.	ARE 652.235/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	566	Realinhamento salarial de servidores públicos inativos, em face de modificações no regime próprio de previdência social.
559	Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação.	RE 661.256/SC Repercussão Geral reconhecida Julgado (Acórdão pendente de publicação)	503	Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação.
560	Imprescritibilidade das ações de ressarcimento por danos causados ao erário, ainda que o prejuízo não decorra de ato de improbidade administrativa.	RE 669.069/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	666	Imprescritibilidade das ações de ressarcimento por danos causados ao erário, ainda que o prejuízo não decorra de ato de improbidade administrativa.
561	Inexigibilidade de título judicial cujo fundamento contraria decisão superveniente do Superior Tribunal de Justiça sobre tema declarado de natureza infraconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.	RE 638.706/MG Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	442	Inexigibilidade de título judicial cujo fundamento contraria decisão superveniente do Superior Tribunal de Justiça sobre tema declarado de natureza infraconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

562	Cobrança de pulsos além da franquia.	AI 777.749/MG Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	274	Cobrança de pulsos além da franquia.
566	Possibilidade de exclusão de policial militar da corporação mediante processo administrativo.	ARE 691.306/MS Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	565	Possibilidade de exclusão de policial militar da corporação mediante processo administrativo.
567	Direito adquirido ao recebimento de complementação de aposentadoria calculada de acordo com as normas vigentes à época da adesão a contrato de plano de previdência privada.	ARE 742.083/DF Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	662	Direito adquirido ao recebimento de complementação de aposentadoria calculada de acordo com as normas vigentes à época da adesão a contrato de plano de previdência privada.
570	Alcance do direito sucessório em face de união estável homoafetiva.	RE 646.721/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	498	Alcance do direito sucessório em face de união estável homoafetiva.
571	Competência para processar e julgar controvérsia a envolver	RE 606.003/RS	550	Competência para processar e

	relação jurídica entre representante e representada comerciais.	Repercussão Geral reconhecida		julgar controvérsia a envolver relação jurídica entre representante e representada comerciais.
574	Estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público.	ARE 678.112/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	646	Estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público.
575	Seqüestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009.	RE 659.172 /SP Repercussão Geral reconhecida	519	Seqüestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009.
576	Incorporação de gratificação de função à remuneração de empregados públicos.	ARE 686.664/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	610	Incorporação de gratificação de função à remuneração de empregados públicos.
577	Teto remuneratório de procuradores municipais.	RE 663.696/MG Repercussão Geral reconhecida	510	Teto remuneratório de procuradores municipais.
578	Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede, unilateralmente, benefício fiscal.	RE 628.075/RS Repercussão Geral reconhecida	490	Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede,

		(Determinada a suspensão Nacional em 24/10/16)		unilateralmente, benefício fiscal.
579	Contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada para fins de concessão de aposentadoria.	RE 650.851/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	522	Contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada para fins de concessão de aposentadoria.
581	Remissão aos fundamentos adotados na sentença impugnada nos termos do § 5º do art. 82 da Lei nº 9.099/95.	RE 635.729/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	451	Não afronta a exigência constitucional de motivação dos atos decisórios a decisão de Turma Recursal de Juizados Especiais que, em consonância com a Lei 9.099/1995, adota como razões de decidir os fundamentos contidos na sentença recorrida.
585	Conversão monetária de vencimentos de servidores públicos estaduais, sem intermédio de URV.	RE 631.444/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	539	Conversão monetária de vencimentos de servidores públicos estaduais, sem intermédio de URV.
587	Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica.	RE 898.060/SC Repercussão Geral reconhecida Julgado	622	Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica.

		(Acórdão pendente de publicação)		
594	Responsabilidade civil do Estado por ato praticado por preso foragido.	RE 608.880/MT Repercussão Geral reconhecida	362	Responsabilidade civil do Estado por ato praticado por preso foragido.
595	Incidência do imposto de renda de pessoa física sobre rendimentos percebidos acumuladamente.	RE 614.406/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	368	Incidência do imposto de renda de pessoa física sobre rendimentos percebidos acumuladamente.
605	Competência do Poder Legislativo municipal para estabelecer vantagens, benefícios e adicionais em favor de servidores municipais.	RE 590.829/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	223	Competência do Poder Legislativo municipal para estabelecer vantagens, benefícios e adicionais em favor de servidores municipais.
606	Incidência do adicional por tempo de serviço (quinqüênio) sobre a integralidade dos vencimentos de servidor público.	RE 764.332/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	702	Incidência do adicional por tempo de serviço (quinqüênio) sobre a integralidade dos vencimentos de servidor público.
607	Imunidade tributária de livro eletrônico (e-book) gravado em CD-	RE 330.817/RJ	593	Imunidade tributária de livro

	ROM.	Repercussão Geral reconhecida		eletrônico (e-book) gravado em CD-ROM.
609	Promoção de policiais militares ao grau hierarquicamente superior quando transferidos para a reserva remunerada.	ARE 717.898/SC Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	687	Promoção de policiais militares ao grau hierarquicamente superior quando transferidos para a reserva remunerada.
610	Possibilidade de se emprestar o caráter de revisão geral anual à vantagem pecuniária individual concedida a servidores públicos federais pela Lei 10.698/2003.	ARE 800.721/PE Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	719	Possibilidade de se emprestar o caráter de revisão geral anual à vantagem pecuniária individual concedida a servidores públicos federais pela Lei 10.698/2003.
614	Constitucionalidade de taxa cobrada em razão da expedição de guias de recolhimento de tributos.	RE 789.218/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	721	Constitucionalidade de taxa cobrada em razão da expedição de guias de recolhimento de tributos.
617	Possibilidade de o Poder Judiciário determinar o cumprimento de lei complementar estadual que, sem prévia dotação orçamentária, concedeu reajuste salarial a servidores públicos.	ARE 792.107/RN Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	710	Possibilidade de o Poder Judiciário determinar o cumprimento de lei complementar estadual que, sem prévia dotação orçamentária, concedeu reajuste salarial a servidores públicos.

619	Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.	RE 958.252/MG Repercussão Geral reconhecida	725	Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.
622	Restituição de verbas de natureza alimentar pagas indevidamente pela Administração Pública a beneficiário de boa-fé.	AI 841.473/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	425	Restituição de verbas de natureza alimentar pagas indevidamente pela Administração Pública a beneficiário de boa-fé.
624	Constitucionalidade de lei municipal que dispõe sobre as hipóteses de contratação temporária de servidores públicos.	RE 658.026/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	612	Constitucionalidade de lei municipal que dispõe sobre as hipóteses de contratação temporária servidores públicos.
625	Acumulação de pensão decorrente de cargo de médico militar com outra pensão oriunda de cargo de médico civil.	RE 658.999/SC Repercussão Geral reconhecida	627	Acumulação de pensão decorrente de cargo de médico militar com outra pensão oriunda de cargo de médico civil.
629	Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição Federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.	RE 714.139/SC Repercussão Geral reconhecida	745	Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição Federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

630	Direito à nomeação de candidato aprovado em concurso público em face de posteriores contratações temporárias, nas hipóteses em que não fica comprovada a preterição.	ARE 808.524/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	735	Direito à nomeação de candidato aprovado em concurso público em face de posteriores contratações temporárias, nas hipóteses em que não fica comprovada a preterição.
631	Competência legislativa estadual para estabelecer regras de postagem de boletos referentes a pagamento de serviços prestados por empresas públicas e privadas.	ARE 649.379/RJ Repercussão Geral reconhecida	491	Competência legislativa estadual para estabelecer regras de postagem de boletos referentes a pagamento de serviços prestados por empresas públicas e privadas.
632	Pressupostos de admissibilidade de ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho.	AI 751.478/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	248	Pressupostos de admissibilidade de ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho.
633	Compensação de precatórios com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.	RE 678.360/RS Repercussão Geral reconhecida	558	Compensação de precatórios com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.
634	Constitucionalidade da redução dos valores de indenização do seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007.	ARE 704.520/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	771	Constitucionalidade da redução dos valores de indenização do Seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007.

647	Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS das despesas com atendimento a beneficiários de planos privados de saúde.	RE 597.064/RJ Repercussão Geral reconhecida	345	Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS das despesas com atendimento a beneficiários de planos privados de saúde.
649	Competência para processar e julgar causas relativas a prestações por parte de Assistência Multidisciplinar de Saúde – AMS, oferecida pela Petrobras a seus empregados e respectivos dependentes.	ARE 808.726/RN Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	740	Competência para processar e julgar causas relativas a prestações por parte de Assistência Multidisciplinar de Saúde – AMS, oferecida pela Petrobras a seus empregados e respectivos dependentes.
650	Direito de candidatos aprovados em concurso público a indenização por danos materiais em razão de alegada demora na nomeação, efetivada apenas após o trânsito em julgado de decisão judicial que reconheceu o direito à investidura.	RE 724.347/DF Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	671	Direito de candidatos aprovados em concurso público a indenização por danos materiais em razão de alegada demora na nomeação, efetivada apenas após o trânsito em julgado de decisão judicial que reconheceu o direito à investidura.
656	Incidência de ISS sobre contratos de licenciamento ou de cessão de programas de computador (software) desenvolvidos para clientes de forma personalizada.	RE 688.223/PR Repercussão Geral reconhecida	590	Incidência de ISS sobre contratos de licenciamento ou de cessão de programas de computador (software) desenvolvidos para clientes de forma personalizada.
657	Prazo prescricional para a cobrança de contribuições sociais devidas à Seguridade Social.	RE 559.943/RS Repercussão Geral	003	Prazo prescricional para a cobrança de contribuições sociais devidas à

		reconhecida Julgado Transitado em julgado		Seguridade Social.
658	Responsabilidade civil do Estado em decorrência de danos causados a terceiros por tabeliães e oficiais de registro no exercício de suas funções.	RE 842.846/SC Repercussão Geral reconhecida	777	Responsabilidade civil do Estado em decorrência de danos causados a terceiros por tabeliães e oficiais de registro no exercício de suas funções.
661	Provas obtidas mediante invasão de domicílio por policiais sem mandado de busca e apreensão.	RE 603.616/RO Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	280	Provas obtidas mediante invasão de domicílio por policiais sem mandado de busca e apreensão.
663	Direito à nomeação de candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital de concurso público no caso de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do certame.	RE 837.311/PI Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	784	Direito à nomeação de candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital de concurso público no caso de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do certame.
665	Direito ao creditamento, após a Emenda Constitucional 42/2003, do ICMS decorrente da aquisição de bens de uso e de consumo empregados na elaboração de produtos destinados à exportação, independentemente de regulamentação infraconstitucional.	RE 704815/SC Repercussão Geral reconhecida	633	Direito ao creditamento, após a Emenda Constitucional 42/2003, do ICMS decorrente da aquisição de bens de uso e de consumo

				empregados na elaboração de produtos destinados à exportação, independentemente de regulamentação infraconstitucional.
673	Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	RE 855.178/SE Repercussão Geral reconhecida	793	Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.
674	Eficácia temporal do art. 6º-A da Emenda Constitucional 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional 70/2012, que restabeleceu a integralidade e a paridade de proventos para os servidores públicos aposentados por invalidez permanente decorrente de doença grave.	RE 924.456/RJ Repercussão Geral reconhecida	754	Eficácia temporal do art. 6º-A da Emenda Constitucional 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional 70/2012, que restabeleceu a integralidade e a paridade de proventos para os servidores públicos aposentados por invalidez permanente decorrente de doença grave.
675	Acumulação de pensões por morte, no caso de o servidor aposentado ter reingressado no serviço público, por meio de concurso, antes da edição da Emenda Constitucional nº 20/98, e ter falecido em data posterior ao seu advento.	RE 584.388/SC Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	162	Acumulação de pensões por morte, no caso de o servidor aposentado ter reingressado no serviço público, por meio de concurso, antes da edição da Emenda Constitucional nº 20/98, e ter falecido em data posterior ao seu advento.
677	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9099/1995 em matéria de indenização decorrente de acidente de trânsito.	ARE 836.819/SP Repercussão Geral Inexistente	797	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9099/1995 em matéria de

		Transitado em julgado		indenização decorrente de acidente de trânsito.
679	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9099/95 em matéria de revisão contratual.	ARE 837.318/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	798	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9099/95 em matéria de revisão contratual.
681	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9099/95 em matéria de responsabilidade pelo adimplemento de obrigação assumida em contrato de direito privado.	ARE 835.833/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	800	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9099/95 em matéria de responsabilidade pelo adimplemento de obrigação assumida em contrato de direito privado.
683 (646)	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09.	RE 870.947/SE Repercussão Geral reconhecida	810 (905)	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09.
690	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.	RE 684.612/RJ Repercussão Geral reconhecida	698	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da

				saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.
692	Aplicabilidade do direito do esquecimento na esfera civil quando for invocado pela própria vítima ou pelos seus familiares.	RE 1.010.606/RJ Repercussão Geral reconhecida	786	Aplicabilidade do direito ao esquecimento na esfera civil quando for invocado pela própria vítima ou pelos seus familiares.
694 (688)	Medicamento ou tratamento terapêutico a ser fornecido pelo Poder Público sem menção na lista do SUS.	RE 916.799/RJ (0335559-83.2013.8.19.0001) RE 1.039.585/RJ (0335543-32.2013.8.19.0001) (0293370-90.2013.8.19.0001)	G.R. 06	
700	Extensão, a servidores aposentados e pensionistas, dos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos do extinto DNER no Plano Especial de cargos do DNIT.	RE 677.730/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	602	Extensão, a servidores aposentados e pensionistas, dos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos do extinto DNER no Plano Especial de cargos do DNIT.
701	Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em que se questiona acordo firmado entre o contribuinte e o Poder Público para pagamento de dívida tributária.	RE 576.155/DF Repercussão Geral reconhecida	56	Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em que se questiona acordo firmado entre o contribuinte e o Poder

		<p>Julgado</p> <p>Transitado em julgado</p>		Público para pagamento de dívida tributária.
705	Competência legislativa municipal para restringir direito de férias de servidores municipais.	<p>RE 593.448/MG</p> <p>Repercussão Geral reconhecida</p>	221	Competência legislativa municipal para restringir direito de férias de servidores municipais.
706	Suspensão de habilitação para dirigir de motorista profissional condenado por homicídio culposo na direção de veículo automotor.	<p>RE 607.107/MG</p> <p>Repercussão Geral reconhecida</p>	486	Suspensão de habilitação para dirigir de motorista profissional condenado por homicídio culposo na direção de veículo automotor.
708	a) Legitimidade de Tribunal de Justiça para atuar em controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal contestada em face da Constituição Federal; b) Possibilidade de concessão de gratificação natalina, ou de outras espécies remuneratórias, a detentor de mandato eletivo remunerado por subsídio.	<p>RE 650.898/RS</p> <p>Repercussão Geral reconhecida</p>	484	a) Legitimidade de tribunal de justiça para atuar em controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal contestada em face da Constituição Federal; b) Possibilidade de concessão de gratificação natalina, ou de outras espécies remuneratórias, a detentor de mandato eletivo remunerado por subsídio.
710	Limites objetivos da coisa julgada em sede de execução.	<p>RE 596.663/RJ</p> <p>Repercussão Geral reconhecida</p> <p>Julgado</p> <p>Transitado em julgado</p>	494	Limites objetivos da coisa julgada em sede de execução.

711	Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.	RE 1.008.166/SC Repercussão Geral reconhecida	548	Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade.
712	Validade do cálculo do valor da verba denominada Complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime paga aos empregados da Petrobrás, descrita na Cláusula 35ª do Acordo Coletivo de Trabalho de 2007/2009, mediante a subtração, no valor desse complemento, dos adicionais inerentes ao trabalho em condições especiais.	ARE 859.878/DF Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	795	Validade do cálculo do valor da verba denominada Complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime paga aos empregados da Petrobrás, descrita na Cláusula 35ª do Acordo Coletivo de Trabalho de 2007/2009, mediante a subtração, no valor desse complemento, dos adicionais inerentes ao trabalho em condições especiais.
713	Incidência do teto remuneratório no caso de acumulação de cargos públicos.	RE 612.975/MT Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	377	Incidência do teto remuneratório no caso de acumulação de cargos públicos.
715	Cabimento de agravo interno contra decisão monocrática proferida no âmbito dos Juizados Especiais.	RE 612.359/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	294	Cabimento de agravo interno contra decisão monocrática proferida no âmbito dos Juizados Especiais.

718	Obrigatoriedade, ou não, de o Estado do Rio de Janeiro prestar assistência médico-hospitalar aos militares do estado, independentemente de contribuição.	ARE 842.214/RJ Repercussão Geral Inexistente Julgado Transitado em julgado	868	Obrigatoriedade, ou não, de o Estado do Rio de Janeiro prestar assistência médico-hospitalar aos militares do estado, independentemente de contribuição.
719	Extensão, em relação aos servidores inativos, dos critérios de cálculo da GDATA e da GDASST estabelecidos para os servidores em atividade.	RE 597.154/PB Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	153	Extensão, em relação aos servidores inativos, dos critérios de cálculo da GDATA e da GDASST estabelecidos para os servidores em atividade.
720	Possibilidade de aplicação de índices negativos para fins de correção monetária do valor devido a título de verba salarial.	RE 729.011/DF Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	749	Possibilidade de aplicação de índices negativos para fins de correção monetária do valor devido a título de verba salarial.
721	Restituição de valores referentes à parcela denominada comissão de corretagem cobrada de consumidor que adquire imóvel diretamente de construtora ou de incorporadora.	RE 823.319/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	769	Restituição de valores referentes à parcela denominada comissão de corretagem cobrada de consumidor que adquire imóvel diretamente de construtora ou de incorporadora.
723	Verificação dos requisitos legais necessários para concessão de	ARE 821.296/PE	766	Verificação dos requisitos legais

	benefício previdenciário.	Repercussão Geral Inexistente		necessários para concessão de benefício previdenciário.
		Transitado em julgado		
725	Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.	RE 843.112/SP Repercussão Geral reconhecida	624	Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.
728	Obrigatoriedade de pagamento, mediante o regime de precatórios, dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva.	RE 889.173/MS Repercussão Geral reconhecida	831	Obrigatoriedade de pagamento, mediante o regime de precatórios, dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva.
		Julgado		
		Aguardando o trânsito em julgado		
731	Controvérsia: a) Necessidade de submissão de demanda judicial à regra da reserva de plenário na hipótese em que a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal ou em Súmula deste Tribunal; b) Constitucionalidade de restrições impostas pelo Estado ao livre exercício de atividade econômica ou profissional, quando aquelas forem utilizadas como meio de cobrança indireta de tributos.	ARE 914.045/MG Repercussão Geral reconhecida	856	a) Necessidade de submissão de demanda judicial à regra da reserva de plenário na hipótese em que a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal ou em Súmula deste Tribunal; b) Constitucionalidade de restrições impostas pelo Estado ao livre exercício de atividade econômica ou profissional, quando aquelas forem utilizadas como meio
		Julgado		
		Transitado em julgado		

				de cobrança indireta de tributos.
732	Indenização por dano moral em virtude de inadimplemento de cláusula contratual.	ARE 927.467/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	869	Indenização por dano moral em virtude de inadimplemento de cláusula contratual.
733	Imunidade do lucro da exportação à CSLL após a Emenda Constitucional nº 33/2001.	RE 564.413/SC Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	8	Imunidade do lucro da exportação à CSLL após a Emenda Constitucional nº 33/2001.
734	Concessão de aposentadoria especial a policiais civis nos termos da Lei Complementar nº 51/1985.	RE 567.110/AC Repercussão Geral reconhecida Julgado Transitado em julgado	26	Concessão de aposentadoria especial a policiais civis nos termos da Lei Complementar nº 51/1985.
735	Possibilidade da devolução de valores recebidos em virtude de tutela antecipada posteriormente revogada.	ARE 722.421/MG Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	799	Possibilidade da devolução de valores recebidos em virtude de tutela antecipada posteriormente revogada.

736	Indenização por danos morais decorrentes da inscrição de consumidor em sistema de avaliação de crédito denominado "Concentre Scoring" (ou "Credit Scoring" ou "Credscore"), instituído e mantido pelo SERASA.	ARE 867.326/SC Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	802	Indenização por danos morais decorrentes da inscrição de consumidor em sistema de avaliação de crédito denominado "Concentre Scoring" (ou "Credit Scoring" ou "Credscore"), instituído e mantido pelo SERASA.
737	Legitimidade da definição da data de entrada do requerimento administrativo como marco temporal dos efeitos financeiros da revisão de benefício previdenciário.	ARE 868.457/SC Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	805	Legitimidade da definição da data de entrada do requerimento administrativo como marco temporal dos efeitos financeiros da revisão de benefício previdenciário.
738	Validade de dispositivos do Código Civil que atribuem direitos sucessórios distintos ao cônjuge e ao companheiro.	RE 878.694/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	809	Validade de dispositivos do Código Civil que atribuem direitos sucessórios distintos ao cônjuge e ao companheiro.
739	Incidência de ICMS sobre o valor pago a título de assinatura básica mensal pelo serviço de telefonia.	RE 912.888/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	827	Incidência de ICMS sobre o valor pago a título de assinatura básica mensal pelo serviço de telefonia.

740	Validade da cobrança de serviços e comissões, notadamente o Serviço de Assessoria Técnica Imobiliária - SATI, previstos em contrato de compra e venda de imóveis entre consumidores e construtora ou incorporadora.	RE 892.961/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	834	Validade da cobrança de serviços e comissões, notadamente o Serviço de Assessoria Técnica Imobiliária - SATI, previstos em contrato de compra e venda de imóveis entre consumidores e construtora ou incorporadora.
741	a) Possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1999. b) Saber se portaria que disciplina tempo máximo de serviço de militar atende aos requisitos do art. 8º do ADCT.	RE 817.338/DF Repercussão Geral reconhecida	839	a) Possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1999. b) Saber se portaria que disciplina tempo máximo de serviço de militar atende aos requisitos do art. 8º do ADCT.
742	Indenização por danos decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por empresa prestadora de serviço público.	ARE 900.968/BA Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	845	Indenização por danos decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por empresa prestadora de serviço público.
743	Limites subjetivos de sentença condenatória genérica transitada em julgado proferida nos autos de ação civil pública ajuizada por associação.	ARE 901.963/SC Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	848	Limites subjetivos de sentença condenatória genérica transitada em julgado proferida nos autos de ação civil pública ajuizada por associação.

744	Possibilidade de implementação da prestação de serviço público de transporte coletivo, considerado o art. 175 da Constituição Federal, mediante simples credenciamento, sem licitação.	RE 1.001.104/SP Repercussão Geral reconhecida	854	Possibilidade de implementação da prestação de serviço público de transporte coletivo, considerado o art. 175 da Constituição Federal, mediante simples credenciamento, sem licitação.
745	Termo inicial da contagem do prazo para apresentação de defesa no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.	ARE 911.161/SC Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	862	Termo inicial da contagem do prazo para apresentação de defesa no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.
746	Compatibilidade da garantia da justa e prévia indenização em dinheiro (CF/88, art. 5º, XXIV) com o regime de precatórios (CF/88, art. 100).	RE 922.144/MG Repercussão Geral reconhecida	865	Compatibilidade da garantia da justa e prévia indenização em dinheiro (CF/88, art. 5º, XXIV) com o regime de precatórios (CF/88, art. 100).
747	Legitimidade da revisão de contrato já extinto.	ARE 919.285/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	866	Legitimidade da revisão de contrato já extinto.
748	Incidência do IPTU sobre lotes vagos de propriedade de instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.	RE 767.332/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado	693	Incidência do IPTU sobre lotes vagos de propriedade de instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

		Transitado em julgado		
749	Constitucionalidade de lei que, ao aumentar a exigência de escolaridade em cargo público, para o exercício das mesmas funções, determina a gradual transformação de cargos de nível médio em cargos de nível superior e assegura isonomia remuneratória aos ocupantes dos cargos em extinção, sem a realização de concurso público.	RE 740.008/RR Repercussão Geral reconhecida	697	Constitucionalidade de lei que, ao aumentar a exigência de escolaridade em cargo público, para o exercício das mesmas funções, determina a gradual transformação de cargos de nível médio em cargos de nível superior e assegura isonomia remuneratória aos ocupantes dos cargos em extinção, sem a realização de concurso público.
752	Alcance da imunidade tributária do ITBI, prevista no art. 156, § 2º, I, da Constituição, sobre imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, quando o valor total desses bens excederem o limite do capital social a ser integralizado.	RE 796.376/SC Repercussão Geral reconhecida	796	Alcance da imunidade tributária do ITBI, prevista no art. 156, § 2º, I, da Constituição, sobre imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, quando o valor total desses bens excederem o limite do capital social a ser integralizado.
753	Extinção de execução fiscal da União por falta de interesse de agir, em razão do valor irrisório do débito, com base em legislação federal.	RE 611.231/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	292	Extinção de execução fiscal da União por falta de interesse de agir, em razão do valor irrisório do débito, com base em legislação federal.
762	Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de	RE 662.055/SP Repercussão Geral reconhecida	837	Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia

	parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas.			jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas.
763	Definição do órgão competente, se o Poder Legislativo ou o Tribunal de Contas, para julgar as contas de Chefe do Poder Executivo que age na qualidade de ordenador de despesas.	RE 848.826/DF Repercussão Geral reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	835	Definição do órgão competente, se o Poder Legislativo ou o Tribunal de Contas, para julgar as contas de Chefe do Poder Executivo que age na qualidade de ordenador de despesas.
765	Consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base.	RE 593.818/SC Repercussão Geral reconhecida	150	Consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base.
767	Extensão, às complementações de aposentadoria, de benefício concedido indistintamente aos empregados ativos em razão de acordo coletivo de trabalho.	RE 659.109/BA Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	591	Extensão, às complementações de aposentadoria, de benefício concedido indistintamente aos empregados ativos em razão de acordo coletivo de trabalho.

768	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.	RE 852.475/SP Repercussão Geral reconhecida	897	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.
773	Possibilidade de substituir-se a formalização de acórdão fundamentado por certidão a qual contenha o resultado de julgamento.	RE 575.144/DF RG reconhecida Julgado Transitado em julgado	50	Possibilidade de substituir-se a formalização de acórdão fundamentado por certidão a qual contenha o resultado de julgamento.
774	Segurança jurídica e decadência para o Instituto Nacional do Seguro Social proceder à revisão do critério de reajuste de aposentadoria e pensão por morte, em virtude de alegado erro da administração.	RE 699.535/RS RG reconhecida	632	Segurança jurídica e decadência para o Instituto Nacional do Seguro Social proceder à revisão do critério de reajuste de aposentadoria e pensão por morte, em virtude de alegado erro da administração.
775	Ofensa aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da propriedade e sua função social, do devido processo legal e do acesso à Justiça em decorrência de rescisão contratual.	ARE 950.787/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	890	Ofensa aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da propriedade e sua função social, do devido processo legal e do acesso à Justiça em decorrência de rescisão contratual.
776	Ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição na hipótese em que há óbice processual intransponível ao julgamento do mérito.	RE 956.302/GO Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	895	Ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição na hipótese em que há óbice processual intransponível ao julgamento do mérito.

778	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente da acumulação de proventos e pensão.	RE 602.584/DF RG reconhecida	359	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente da acumulação de proventos e pensão.
780	Competência exclusiva da Câmara Municipal para o julgamento das contas de Prefeito.	RE 729.744/MG RG reconhecida Julgado Aguardando o trânsito em julgado	157	Competência exclusiva da Câmara Municipal para o julgamento das contas de Prefeito.
781	Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.	RE 730.462/SP RG reconhecida Julgado Transitado em julgado	733	Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.
782	Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores.	RE 600.867/SP RG reconhecida	508	Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores.
784	Indenização por dano moral decorrente de responsabilidade civil extracontratual.	ARE 945.271/SP Repercussão Geral Inexistente	880	Indenização por dano moral decorrente de responsabilidade civil extracontratual.

		Transitado em julgado		
—	Extensão, por via judicial, aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro do reajuste concedido pela Lei estadual 1.206/1987.	ARE 909.437/RJ RG reconhecida Julgado Transitado em julgado	915	Extensão, por via judicial, aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro do reajuste concedido pela Lei estadual 1.206/1987.
—	Restituição de valores recolhidos a maior a título de PIS e COFINS mediante o regime de substituição tributária.	RE 596.832/RJ RG reconhecida	228	Restituição de valores recolhidos a maior a título de PIS e COFINS mediante o regime de substituição tributária.
—	Cabimento de apelação contra decisão judicial que extingue execução fiscal de pequeno valor.	ARE 940.225/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	896	Cabimento de apelação contra decisão judicial que extingue execução fiscal de pequeno valor.
—	Cobrança de pedágio intermunicipal sem disponibilização de via alternativa.	RE 645.181/SC RG reconhecida	513	Cobrança de pedágio intermunicipal sem disponibilização de via alternativa.
—	Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal, a constitucionalidade, ou não, do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro, que tipifica o crime de fuga do local do acidente.	RE 971.959/RS RG reconhecida	907	Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal, a constitucionalidade, ou não, do art. 305 do Código de Trânsito

				Brasileiro, que tipifica o crime de fuga do local do acidente.
—	Constitucionalidade das modificações efetuadas na base de cálculo e na alíquota da contribuição ao PIS, destinada à composição do Fundo Social de Emergência e devida pelos contribuintes a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei 8.212/1991, no período de vigência do art. 72, V, do ADCT.	RE 578.846/SP RG reconhecida	665	Constitucionalidade das modificações efetuadas na base de cálculo e na alíquota da contribuição ao PIS, destinada à composição do Fundo Social de Emergência e devida pelos contribuintes a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei 8.212/1991, no período de vigência do art. 72, V, do ADCT.
—	Obrigatoriedade de inclusão da Caixa Econômica Federal como litisconsorte passiva necessária, e consequente competência da Justiça Federal para julgar a demanda, em ação de indenização por vícios na construção de imóvel adquirido no âmbito do programa governamental Minha Casa, Minha Vida.	ARE 891.653/MG Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	828	Obrigatoriedade de inclusão da Caixa Econômica Federal como litisconsorte passiva necessária, e consequente competência da Justiça Federal para julgar a demanda, em ação de indenização por vícios na construção de imóvel adquirido no âmbito do programa governamental Minha Casa, Minha Vida.
—	Reserva de lei complementar para instituir requisitos à concessão de imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social.	RE 566.622/RS RG reconhecida (Determinada a suspensão Nacional em 25/10/16)	032	Reserva de lei complementar para instituir requisitos à concessão de imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social.

—	Conversão de precatórios expedidos antes da Emenda Constitucional nº 37/2002 em requisições de pequeno valor.	RE 587.982/RS RG reconhecida (Determinada a suspensão Nacional em 25/10/16)	112	Conversão de precatórios expedidos antes da Emenda Constitucional nº 37/2002 em requisições de pequeno valor.
—	Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos.	RE 612.707/SP RG reconhecida (Determinada a suspensão Nacional em 24/10/16)	521	Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos.
—	Validade da contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, nos termos do art. 1º da Lei 10.256/2001.	RE 718.874/RS RG reconhecida (Determinada a suspensão Nacional em 24/10/16)	669	Validade da contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, nos termos do art. 1º da Lei 10.256/2001.
—	Possibilidade de o ensino domiciliar (homeschooling), ministrado pela família, ser considerado meio lícito de cumprimento do dever de educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal.	RE 888.815/RS RG reconhecida (Determinada a suspensão Nacional em 24/10/16)	822	Possibilidade de o ensino domiciliar (homeschooling), ministrado pela família, ser considerado meio lícito de cumprimento do dever de educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal.
—	Inconstitucionalidade de lei municipal que estabelece impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa ou per capita em bases anuais na forma estabelecida pelo Decreto-Lei n. 406/1968 (recepcionado pela Constituição da República de 1988 com status de lei complementar nacional).	RE 940.769/RS RG reconhecida	918	Inconstitucionalidade de lei municipal que estabelece impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa ou per capita em bases anuais

				na forma estabelecida pelo Decreto-Lei n. 406/1968 (recepcionado pela Constituição da República de 1988 com status de lei complementar nacional).
—	Extensão a servidor público inativo do Adicional de Local de Exercício - ALE definido como vantagem de caráter geral.	ARE 640.182/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	429	Extensão a servidor público inativo do Adicional de Local de Exercício - ALE definido como vantagem de caráter geral.
—	Competência para remover ex ofício servidor público municipal.	RE 844.252/AL Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	886	Competência para remover ex ofício servidor público municipal.
—	Agravo contra decisão pela qual inadmitido recurso extraordinário interposto em ação penal, no qual se discute, com base no art. 5º, inc. LVII, da Constituição da República, o direito de ninguém ser considerado culpado, nem preso, até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.	ARE 964.246/SP RG reconhecida Julgado Transitado em julgado	925	Possibilidade de a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, comprometer o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo art. 5º, inc. LVII, da Constituição da República.
—	Balizas constitucionais para a majoração de alíquota de contribuição previdenciária de regime próprio de previdência	ARE 875.958/GO RG reconhecida	933	Balizas constitucionais para a majoração de alíquota de

	social.			contribuição previdenciária de regime próprio de previdência social.
—	Cabimento de mandado de segurança contra decisão que julga embargos infringentes opostos em execução fiscal de pequeno valor.	ARE 963.889/RJ Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	898	Cabimento de mandado de segurança contra decisão que julga embargos infringentes opostos em execução fiscal de pequeno valor.
—	Verificação da ocorrência de reestruturação remuneratória da carreira de servidores públicos para efeito de aplicação da orientação firmada no RE 561.836-RG/RN (Tema 5).	ARE 968.574/MT Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	913	Verificação da ocorrência de reestruturação remuneratória da carreira de servidores públicos para efeito de aplicação da orientação firmada no RE 561.836-RG/RN (Tema 5).
—	Limites da multa fiscal qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório.	RE 736.090/SC RG reconhecida	863	Limites da multa fiscal qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório.
—	Incidência de contribuição previdenciária sobre a Gratificação Especial de Localidade – GEL, transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI.	RE 814.204/AM Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	773	Incidência de contribuição previdenciária sobre a Gratificação Especial de Localidade – GEL, transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI.

—	Natureza jurídica do auxílio-alimentação concedido a servidor público estadual pela Lei 794/1998 do Estado de Rondônia: se indenizatória ou remuneratória.	ARE 915.880/RO Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	875	Natureza jurídica do auxílio-alimentação concedido a servidor público estadual pela Lei 794/1998 do Estado de Rondônia: se indenizatória ou remuneratória.
—	Incorporação do Adicional de Local de Exercício – ALE aos vencimentos dos policiais militares do Estado de São Paulo.	RE 731.333/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	750	Incorporação do Adicional de Local de Exercício – ALE aos vencimentos dos policiais militares do Estado de São Paulo.
—	Retroatividade de lei posterior mais benéfica quanto à sanção de natureza administrativa aplicada em decorrência da prática de infração de trânsito.	RE 657.871/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	734	Retroatividade de lei posterior mais benéfica quanto à sanção de natureza administrativa aplicada em decorrência da prática de infração de trânsito.
—	Equiparação do auxílio-alimentação de servidores públicos pertencentes a carreiras distintas, com fundamento no princípio da isonomia.	RE 710.293/SC RG reconhecida	600	Equiparação do auxílio-alimentação de servidores públicos pertencentes a carreiras distintas, com fundamento no princípio da isonomia.
—	Direito adquirido ao recebimento de salário-família em face de alteração promovida pela EC 20/98.	RE 657.989/RS RG reconhecida	543	Direito adquirido ao recebimento de salário-família em face de alteração promovida pela EC 20/98.
—			514	

—	Aumento da carga horária de servidores públicos, sem a devida contraprestação remuneratória.	RE 662.224/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	588	Aumento da carga horária de servidores públicos, sem a devida contraprestação remuneratória.
—	Extensão do adicional noturno a professores públicos estaduais, na forma em que foi previsto no estatuto dos servidores públicos civis do estado.	ARE 820.903/RS Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	767	Extensão do adicional noturno a professores públicos estaduais, na forma em que foi previsto no estatuto dos servidores públicos civis do estado.
—	Incorporação do valor integral da Gratificação de Atividade Policial – GAP ao salário-base dos policiais militares do Estado de São Paulo.	ARE 815.188/SP Repercussão Geral Inexistente Transitado em julgado	753	Incorporação do valor integral da Gratificação de Atividade Policial – GAP ao salário-base dos policiais militares do Estado de São Paulo.
—	Competência para processar e julgar a execução de créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial.	RE 583.955/RJ RG reconhecida Julgado Transitado em julgado	90	Competência para processar e julgar a execução de créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial.